

# BOLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • setembro de 2015

## BRASIL: ALERTA ESTÁ LANÇADO

LUTAR  
PARA NÃO FICAR DE  
LUTO

MUNICÍPIOS - CONTRA A  
**CRÍSE**

FECHADA

A QUEDA DOS RECURSOS FEDERAIS  
AFETAM VOCÊ E AS PREFEITURAS

CONVITE

O presidente da ATM, João Emídio de Miranda, convida prefeitos e prefeitas para participarem da **Coletiva de Imprensa** sobre a Paralisação das Prefeituras, que ocorrerá

REMOS AS PORTAS DA PREFEITURAS, ÓRGÃOS MUNICIPAIS E ESCOLA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 2015, CRÍSE ECONÔMICA E DIMINUIÇÃO DO GOVERNO FEDERAL AOS MUNICÍPIOS ESSENCIAIS ESTARÃO FUN

Nesta edição:

- Conheça as boas práticas de Município paulista para vencer crise
- Logística reversa: quem é responsável pela coleta de embalagens?
- Emenda constitucional proíbe transferência de encargo sem fonte

## Crise nos Municípios

# Movimento municipalista paralisações e mobilizações

Mesmo que tenham grande importância, as *Mobilizações Permanentes* em Brasília ainda precisam ser fortalecidas. E, por conta da crise cada vez mais grave, os gestores têm a necessidade de fazer com que a população entenda porque os governos municipais têm passado por dificuldades para manter os serviços essenciais, pagar os fornecedores e os servidores e ainda investir em melhorias.

Para fazer os motivos serem conhecidos dos municípios, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) reuniu os líderes do movimento municipalista e recomendou que fossem promovidas paralisações e mobilizações, em sinal de protesto, em cada Estado.

Ao longo dos meses de julho, agosto, setembro e outubro, as entidades fizeram ações ou as têm agendadas. O último dia de julho foi escolhido pela Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece) e, nesta data, 121 dos 184 Municípios cearenses paralisaram as atividades para chamar a atenção do governo sobre a condição insustentável das finanças municipais.

Liderados pela Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul), os gestores deste Estado também paralisaram as atividades. No dia 10 de agosto, mantiveram somente as essenciais e foram buscar ajuda na capital Campo Grande.

Responsabilidades demais e recursos de menos fizeram 552 prefeituras de Minas Gerais interromperem os serviços não essenciais no dia 24 de agosto, com o apoio da Associação Mineira de Municípios (AMM). A imprensa do Estado deu importante destaque ao protesto. Houve até a divulgação de uma cartilha: "Crise nos Municípios: prefeituras de Minas param por você".

A Associação Piauiense de Municípios (APPM) reuniu os prefeitos do Estado no dia 17 de agosto para traçar estratégias de enfrentamento à crise. Então, dez dias depois, em 27 de agosto, prefeitos e



demais gestores municipais marcharam da Assembleia Legislativa até o Palácio de Karnak, em Teresina.

Também no dia 27 de agosto a Associação de Municípios Alagoanos (AMA) debateu a crise com os gestores, em Arapiraca (AL). Juntos eles mostraram à imprensa e à população como os governos municipais têm conseguido manter os serviços com poucos recursos e cada vez mais atribuições. Falaram da realidade que desprezita o pacto federativo. Entre as queixas está a queda recorrente nos repasses federais. Na terceira semana de setembro, os alagoanos voltaram a se mobilizar, as prefeituras fizeram um balanço das contas essenciais e dos serviços e também paralisaram os serviços.

No dia 31 de agosto foi a vez de os baianos pararem. A União dos Municípios da Bahia (UPB) organizou um movimento que abordou as quedas da receita municipal e o atraso na liberação de verbas para construção de obras conveniadas com o governo federal. O desacordo em relação ao repasse da primeira parcela do aumento no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – 0,5% deveria ter sido repassado em julho deste ano, mas apenas

0,25% chegou aos cofres municipais – também foi tema denunciado pela entidade. Os gestores estiveram com representantes dos órgãos de controle – Tribunal de Conta dos Municípios (TCM), Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU) e Ministério Público (MP) – para antecipar medidas protetivas.

Ainda na Bahia, a Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste da Bahia (Amurc) reuniu gestores, no dia 11 de setembro, para discutir medidas emergenciais com a finalidade de manter os serviços. A entidade destacou que a crise foi originada dos programas subfinanciados e das constantes quedas do FPM. Em relação aos programas federais, os prefeitos desta região baiana constataram que eles têm gastado 2/3 a mais do que recebem para a execução dos programas.

Em Mato Grosso, os Municípios não paralisaram, mas protestaram em meio ao 32º Encontro de Prefeitos promovido pela Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM). O reflexo da crise financeira foi um dos principais temas do evento nos dias 1º e 2 de setembro. A entidade organizou uma campa-

# ...promove ...es nos Estados



nha de divulgação das reivindicações do movimento municipalista. A ação foi veiculada por meio de cartazes afixados em caminhões-munck nas principais avenidas da capital Cuiabá. O objetivo foi massificar os pleitos e as demandas para que a sociedade tenha conhecimento das dificuldades do poder público municipal.

No dia 17 de setembro, 60 prefeitos e representantes de associações dos Municípios paraenses lotaram o Plenário da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), em Belém. Durante sessão ordinária, os gestores falaram da grave situação das prefeituras por conta da redução das verbas oriundas dos governos estadual e federal. A Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (Famep) alerta que, com a escassez de dinheiro, a população e os servidores têm sido prejudicados com obras paradas, postos de saúde sem insumos para trabalho e até dificuldade de pagamento dos servidores. Ao todo, 80 Municípios do Pará paralisaram as atividades por um dia.

No Rio Grande do Sul, Municípios da região das Missões fecharam as portas no dia 2 de setembro, em ato simbólico que retratou o caos financeiro. A Associação dos Municípios das Missões (AMM) apoiou tal manifesto. Outros 13 Municípios da região da Costa Doce gaúcha também haviam feito protestos ainda em agosto, no dia 25, quando 700 pessoas bloquearam ambos os lados da BR-116. No Estado, a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) confirmou que 85% das prefeituras gaúchas confirmaram adesão ao Movimento do Bolo. No dia 25 de setembro, aproximadamente 425 Municípios gaúchos participaram de protesto para alertar sobre a crise financeira nos cofres municipais. A imprensa da região também foi convidada para entrevista coletiva.

Todos esses problemas preocupam em igual



medida os prefeitos sergipanos. Por isso eles resolveram intensificar as ações municipalistas. No dia 16 de setembro, as três entidades do Estado – Federação dos Municípios do Estado de Sergipe (Fames), Associação dos Municípios da Barra do Cotinguiba e Vale do Japarutuba (Ambarco) e Associação dos Municípios da Região Centro Sul de Sergipe (Amurces) – fizeram reunião para discutir as medidas que serão adotadas.

Em Goiás, liderados pela Federação Goiana de Municípios (FGM), mais de 80 prefeitos estiveram na Assembleia do Estado para reclamar a queda vertiginosa de recursos. O ato foi promovido no dia 15 de setembro. Depois de debaterem a gravidade das finanças municipais, os gestores de Goiás definiram a paralisação das atividades municipais para o final do mês de setembro.

Gestores do Paraná protestaram contra a crise no dia 21 de setembro. A mobilização com o tema “Municípios à beira do colapso” foi liderada pela Associação dos Municípios do Paraná (AMP) e buscou sensibilizar a população e as autoridades sobre o problema. Ao todo, 19 microrregionais paranaenses fizeram ações em sinal de protesto contra a crise que prejudica as administrações municipais. Na

capital Curitiba, a AMP denunciou a crise na tribuna da Assembleia Legislativa e concedeu entrevistas à imprensa estadual. A entidade e as microrregionais preparam uma pauta de reivindicações que será entregue aos governos estadual e federal.

No dia 24 de setembro, gestores municipais de toda a Paraíba devem atender à convocação da Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup). Será promovido um ato público na Praça João Pessoa, que fica na capital. Está marcada também uma Audiência Pública no Plenário da Assembleia Legislativa, com a presença dos deputados estaduais.

Após reunião preliminar no dia 22 de setembro, um grupo de gestores reunidos com a Associação de Municípios Pernambucanos (Amupe) decidiu se mobilizar no dia 26 de outubro, por meio de uma marcha em Recife. Os prefeitos irão partir rumo à Assembleia Legislativa do Estado para entregar as reivindicações do movimento municipalista pernambucano. Como parte das ações, os prefeitos de Pernambuco irão gravar depoimentos sobre a crise para serem utilizados por outras cidades. A ideia é que a comunidade entenda a crise do ponto de vista de outro gestor.

Entre os dias 28 de setembro a 2 de outubro,

as prefeituras de Tocantins também fecharão as portas, em protesto às inúmeras dificuldades que os Municípios enfrentam. Segundo a Associação Tocantinense de Municípios (ATM), apenas os serviços considerados essenciais deverão ser mantidos em funcionamento durante a semana de protesto. Em pauta estará a conjuntura de fatores que deixa insustentável a governança dos Municípios. Mensagem sonora para ser veiculada em rádios locais e carros de sons, além de faixas, foram confeccionadas pela entidade. Os números da crise nas prefeituras tocantinenses serão expostos à imprensa durante coletiva no dia 28.

De acordo com a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), os gestores maranhenses se organizam para uma ação inédita: a *Marcha Municipalista do Maranhão*. Com o lema "crise e conscientização", o evento deve reunir prefeitos, vereadores e agentes políticos para mobilizá-los em defesa da pauta municipalista. Neste dia, o governo do Estado vai receber propostas que possam desafogar os Municípios do Maranhão. O evento está marcado para os dias 29 e 30 de outubro, na capital São Luís.

Em São Paulo, Municípios de regiões consorciadas se reúnem para buscar medidas de contenção de despesa, mas ainda não confirmaram mobilizações ou paralisações. O Consórcio Intermunicipal do Vale do Parapanema, por exemplo, que reúne 25 Municípios, trabalha para vencer a crise.



Amsop/PR

## CNM apoia mobilizações

É certo que a crise é sentida pelos demais governos e infelizmente também pelos cidadãos, mas o movimento municipalista destaca que as finanças municipais poderiam estar melhor não fossem os R\$ 35 bilhões de Restos a Pagar que a União deve aos Municípios. Isso sem contar os programas federais subfinanciados, onde as prefeituras recebem um valor e gastam outro muito maior para tornar o programa realidade, a exemplo do Saúde da Família e do Transporte Escolar.

Para agravar ainda mais a situação, nos últimos anos, o governo federal fez bondade com o chapéu alheio ao conceber isenções em tributos que for-

mam o FPM. O resultado foi uma queda na principal fonte de financiamento dos governos municipais.

Ainda somam a esta conta as inúmeras atribuições impostas aos Municípios pelo governo federal e por leis aprovadas no Congresso Nacional. Responsabilidades estas sem a indicação do financiamento. Assim, o conjunto disso que foi dito entre outras coisas fazem os Municípios pedirem socorro, pois estão em colapso, que pode se agravar com o encerramento de mandato, em 2016. Por isso, a Confederação Nacional de Municípios apoia todas as mobilizações apresentadas e as agendadas.

Boas práticas

# Município paulista dribla a crise com boas práticas na gestão

Em meio à crise financeira, boas práticas na administração municipal têm ainda mais valor. A Agência da Confederação Nacional de Municípios (CNM) entrevistou o prefeito de Ibirarema, no interior de São Paulo, Thiago Briganó, que contou como tem conseguido gerir sem problemas financeiros e ainda investir.

De acordo com Briganó, existem três problemas centrais em qualquer administração pública: a folha de pagamento dos servidores, as compras para manter os serviços e os precatórios. “Esses três quebram o Município. Atuam em desfavor das contas”, disse. Quando assumiu a gestão municipal, em 2013, o prefeito deu atenção especial a esses setores, e os resultados têm sido satisfatórios.

No caso da folha de pagamento, ele fez um mapeamento dos salários de todos os servidores. Primeiro, houve uma redução expressiva de 60 para 27 cargos de confiança. A Prefeitura de Ibirarema destinava 55% da Receita Corrente Líquida (RCL) e passou para apenas 35% atualmente.

O prefeito conta que “para controlar as despesas com pessoal” foram instalados relógios de ponto e um sistema de câmeras para fiscalizar a entrada e a saída. Os servidores só podiam passar do horário se houvesse necessidade.

“Só quem fazia era quem tinha permissão”, explica Thiago Briganó. Dessa forma, com economia, o Município assegurou o reajuste dos servidores em quase 30% nos últimos três anos.

Em relação aos precatórios, a medida foi a seguinte: assim que assumiu a prefeitura, a atual gestão chamou aqueles que tinham precatórios a receber para negociar. Pagou algumas dívidas à vista com descontos que valiam a pena e parcelou outros também com descontos para viabilizar o pagamento e se livrar dos débitos.

“Discussão direta para a melhor condição de honrar os compromissos”, ressalta Briganó. Foi assim que o gestor equilibrou as contas em relação aos precatórios.



Na área de compras ocorreu uma das principais mudanças. O prefeito criou um departamento responsável por controlar tudo que deve ser comprado. Parou de fazer isso de maneira isolada, setor por setor diretamente. Agora, todos os pedidos de qualquer produto que o Município precisa passam pelo departamento específico.

A pasta promove pregão, em especial a chamada Ata de registros, onde a compra não é obrigatória. Com o menor preço, o próprio prefeito autoriza a compra. “Estamos economizando em média 29,92% em todos os produtos comprados. Para se ter uma ideia, a administração anterior fez apenas 15 pregões em 2012. Nós, só este ano, fizemos 100 pregões até setembro”.

Outro setor, o de almoxarifado, recebe tudo o que é comprado. Nenhuma área, além da Saúde, recebe produtos diretamente. “Ninguém tem autonomia. Tudo passa por eles”. Isso possibilita mais controle e transparência. Segundo Thiago Briganó, todos os meses são feitas reuniões para que ele controle de perto os gastos com esses dois setores: compra e almoxarifado.

Thiago Briganó disse que Ibirarema também sente a crise. Recentemente, duas usinas foram fechadas no Município e isso resultou em três mil desempregados, além das perdas com arrecadação de impostos. Mas, para ele, o bom modelo de gestão impede problemas maiores.

“É uma sugestão que pode ser implementada por qualquer Município”. Em Ibirarema, em 2013, as contas fecharam com superávit de 20% da RCL, em 2014 com 10% da RCL, o equivalente a R\$ 2 milhões. Este dinheiro foi aplicado em investimentos, como a compra à vista de terrenos para a construção de casas populares e a renovação da frota de veículos da prefeitura.

Briganó conclui: “não temos dívidas, nem de servidores, nem fornecedores nem precatórios”.

## Meio Ambiente

# Logística reversa: de quem coletar e destinar

A logística reversa é uma das obrigações impostas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, por meio da Lei 12.305/2010. Recolher as embalagens e dar destinação final correta a elas não é dever das prefeituras, e sim do setor empresarial. Para fazer alertas e explicar melhor a legislação, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) convida os gestores a conhecerem os direitos e os deveres dos governos municipais em relação ao tema.

Para início de conversa, a CNM explica: o objetivo da logística reversa é o retorno dos resíduos à cadeia de produção. Eles devem ser reaproveitados, reutilizados e reciclados de maneira sustentável. O sistema deve ser operado de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos. E quem deve operá-lo são aqueles que fabricam, importam, distribuem e comercializam produtos.

Ao estudar essa questão, a Confederação chegou a uma conclusão. O sistema de logística reversa de embalagens em geral é o que mais afeta a gestão municipal de resíduos. As embalagens correspondem em média à 30% dos resíduos coletados pelos Municípios. Isso significa que, apesar de vivermos uma grande crise financeira, 30% dos gastos públicos com coleta domiciliar deveriam ser ressarcidos pelo setor empresarial – verdadeiro responsável pela coleta.

## Atuação da CNM

Os Municípios infelizmente foram excluídos das negociações para o acordo setorial de logística reversa de embalagens. Uma das lutas da CNM nos últimos dois anos é justamente convencer o governo federal da importância de envolver os entes locais na discussão. A logística reversa só pode funcionar se estiver em harmonia com a



Agência CNM

coleta seletiva feita pelas prefeituras.

Durante uma das reuniões com o Ministério do Meio Ambiente, o governo garantiu que um dos principais pleitos da CNM será atendido: os Municípios serão ressarcidos pelas embalagens que coletarem. Mas ainda existe outro alerta. Pois, da forma como é planejada a logística reversa, ela será implementada apenas em algumas capitais, regiões metropolitanas e nas Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDEs). E a maior parte dos Municípios são os de pequeno porte, onde o mercado de reciclagem (quando existente) ocorre de maneira informal e ineficiente, além de explorar os catadores de materiais recicláveis com preços baixos pelos recicláveis.

Enquanto a CNM trabalha pela inclusão dos

Municípios na elaboração do acordo, o setor empresarial pressiona a União para tirar os entes municipais das negociações. Os empresários não querem ser obrigados a pagar pela poluição que causam, destaca a Confederação. Além de uma questão financeira, os governos municipais não podem abrir mão deste acordo, porque a logística reversa é o instrumento capaz de impulsionar a reciclagem e trazer benefícios diretos a toda sociedade, principalmente aos catadores.

Com base nas leis brasileiras, a CNM informa aos gestores: embalagens de agrotóxicos; pneus; pilhas e baterias; óleo lubrificante usado ou contaminado; embalagens plásticas de óleos lubrificantes; lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; plástico, vi-

# em é a responsabilidade nar embalagens?

dro, papel e metal; produtos eletroeletrônicos e componentes são resíduos de responsabilidade do setor empresarial. Apenas a logística reversa de medicamentos descartados pela população é de responsabilidade dos Municípios.

## Experiências-modelo

Em edição anterior do Boletim CNM, a entidade mostrou exemplos de países europeus que destinam e tratam corretamente os resíduos sólidos. Nesta reportagem, a CNM volta a mostrar como funciona a questão na Europa. Lá, a logística reversa também é um assunto novo, porém consolidado.

A Espanha é o exemplo trazido pela Confederação. Durante visita técnica ao país, foi possível ver que os estabelecimentos comerciais responsáveis pela venda de pilhas também possuem coletores para que a população as deposite após o uso.

No caso de embalagens em geral, Municípios espanhóis que fazem a coleta são ressarcidos depois na proporção do que coletam. Em Municípios



que não fazem essa coleta, existem contêineres amarelos exclusivos para embalagens. A manutenção, a limpeza e a coleta desses resíduos nesses locais é feita por uma entidade paga pelo setor empresarial.

Em países europeus, quem polui é quem deve sensibilizar e mobilizar a população para a correta separação dos resíduos. Além de custear a coleta e a destinação final adequada. Realidade que os Municípios do Brasil também querem conquistar.

## A sociedade pode ajudar

Enquanto o setor empresarial não assume o que é dever previsto em lei, os Municípios são onerados e prejudicados. Para mudar esta realidade, a CNM chama a sociedade a se unir aos gestores municipais nessa luta em prol da coleta seletiva. Saiba mais sobre esse assunto na Nota Técnica 17/2015, disponível no Observatório dos Lixões: [www.lixoes.cnm.org.br](http://www.lixoes.cnm.org.br).



OBSERVATÓRIO  
DOS LIXÕES

## Legislação

# Câmara aprova emenda que pode significar mais de R\$ 8 bilhões de arrecadação

Mais uma vitória do Movimento Municipalista. Por 340 votos sim e 67 não, a Câmara dos Deputados aprovou no dia 16 de setembro a emenda aglutinativa apresentada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 366/2013, que altera regras sobre a cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS). A mudança representa muito para as finanças municipais e pode significar uma receita estimada em R\$ 8 bilhões de arrecadação com o imposto.

Com a aprovação do pedido da CNM, haverá uma descentralização da arrecadação do ISS. A nova regra determina que a cobrança do ISS fique no Município tomador – onde ocorre a operação do cartão de crédito ou débito, de leasing e planos de saúde. Atualmente, um grupo isolado de 30 Municípios detém o ISS oriundo dessas operações, pois são sede das operadoras.

Um exemplo prático pode ser visto quando a compra é feita em cartão em determinado Município a taxa de administração dessa operação que tem o ISS vai ficar no próprio local onde foi feita a transação e não mais no Município onde está localizada a sede da operadora do cartão.

Para tentar acabar com a guerra fiscal, o texto também fixa em 2% a alíquota mínima do ISS, de competência municipal e do Distrito Federal. “O que aconteceu é um exemplo que deve ser seguido em outras ações”, destacou o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

Durante toda a semana em que parlamentares manifestaram a intenção em colocar o texto em votação no Plenário da Câmara, gestores, CNM e demais agentes marcaram presença no Congresso Nacional. A Confederação iniciou uma mobiliza-



ção, e vários municipalistas entraram em contato com os respectivos deputados de seus Estados para pedir apoio na aprovação do projeto.

**Isenções** – O PLP 366/2013 proíbe isenções, incentivos e benefícios tributários ou financeiros, inclusive redução da base de cálculo ou crédito presumido. Leis ou atos que não respeitem essa regra serão considerados nulos. Municípios e o DF terão um ano, a partir da publicação da lei, para revogar os atuais dispositivos que concedem isenções do ISS.

Outra mudança é que qualquer Município poderá entrar com ação na Justiça sobre atos de improbidade administrativa contra o agente público que conceda, aplique ou mantenha benefício financeiro ou tributário relativo ao ISS.

A penalidade será de perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por cinco a oito anos e multa civil de até três vezes o valor do benefício concedido.

No entanto, ao contrário da busca pelo fim da guerra fiscal defendida no próprio projeto, um dispositivo estabelece que os Municípios poderão conceder isenções e incentivos, como a aplicação de alíquota menor que 2% aos setores de construção civil, às áreas correlatas (hidráulica, elétrica, serviços de perfuração de poços, escavação, drenagem, irrigação, terraplanagem e pavimentação) e ao transporte municipal coletivo, seja rodoviário, ferroviário, metroviário ou aquaviário.

**Outras mudanças** – De acordo com a decisão da Câmara, a administração municipal

# ...da da CNM que pode ...bi para os Municípios



pode atribuir o caráter de substituto tributário a empresas tomadoras de vários tipos de serviços. Com isso, elas é que serão responsáveis pelo pagamento do ISS após descontá-lo da empresa prestadora do serviço, a efetiva contribuinte.

Entre os serviços para os quais esse mecanismo poderá ser usado estão os serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários. Além de decoração e jardinagem; dedetização; limpeza e dragagem de rios, portos, canais; armazenamento, depósito, carga, descarga; e serviços de diversões e lazer (exceto produção de eventos e espetáculos, bailes, teatros, óperas, concertos e outros semelhantes).



## Municípios ainda podem sofrer impacto negativo em seus cofres

Mesmo com a conquista do movimento municipalista, os Municípios ainda podem perder um volume de receitas significativo. Conforme estudos da CNM, com a redução da base de cálculo dos serviços de planos de saúde e afins, os entes locais correm o risco de perdas que alcançam R\$ 5,85 bilhões.

Além disso, os prejuízos podem acontecer com a concessão de imunidade no pagamento do ISS para os serviços prestados

pelos cooperados por intermédio da cooperativa, bem como a não inclusão na base de cálculo do ISS do valor de subempreitadas de construção civil. O impacto negativo nessas ocasiões seria de mais de R\$ 4 bilhões.

O PLP 366/2013 tem origem no Senado e como foi alterado pela Câmara vai voltar para uma reanálise dos senadores. A CNM vai continuar a luta para que as redações que prejudicam os Municípios sejam suprimidas.

Meio Ambiente e Clima

# Brasil registra mais de 76

Os meses de junho a setembro são os recordistas de queimadas e focos de incêndio no Brasil. Fatores como a estiagem prolongada, a baixa umidade e o calor contribuem para esse aumento. Diante desse cenário, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) fez um levantamento sobre as regiões mais afetadas e elaborou algumas boas práticas para a prevenção de incêndios.

A CNM explica que os focos de incêndios podem ser ocasionados por meio de fatores da natureza, como raios solares (dependendo do calor), concentração de raios em pedaços de vidros – em decorrência da imprudência do ser humano. Os fogos ateados sem necessidade, as fagulhas das locomotivas, os fornos de carvões e lenha são outros fatores causadores dos incêndios florestais.

Outra situação a ser considerada são as queimadas para pasto e agricultura de subsistência, as quais, sem o devido controle e orientações, podem contribuir para o aumento de incêndios em matas e desencadear para maiores proporções.

## Consequências

- Aumento da liberação de dióxido de carbono, uma das principais causas do aquecimento global.
- Destruição de habitats naturais.
- Erosão no solo.
- Aumento do buraco na camada de ozônio.
- Perda da absorção do solo, ampliando os índices de inundações.

- Poluição de nascentes, águas subterrâneas e rios por meio das cinzas.
- Extinção de espécies (fauna e flora).
- Destruição de infraestruturas.

## Regiões mais afetadas

No Brasil, existem regiões mais propícias que as demais em decorrência das épocas sazonais caracterizadas como estiagem em que ficam meses sem chover. A exemplo da Região Centro-Oeste, nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Na Região Norte, são as atividades de queimadas sem controle em razão da agricultura de subsistência e de pasto que aumentam os riscos de incêndios florestais. Em geral, este cenário não mudou nos últimos cinco anos, e as queimadas estão em maior número nestas regiões.

As Regiões Norte e o Centro-Oeste foram as mais afetadas por queimadas nos últimos cinco anos. Em primeiro, o Norte – com 172.614 focos; somente em 2015, foram 30.914 ocorrências. Em segundo lugar vem o Centro-Oeste – com 124.510 focos e 19.017 ocorrências em 2015.

## Números de queimadas no país

Segundo monitoramento de queimadas realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e pelo Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PrevFogo)



– coordenado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) –, no Brasil, de janeiro a setembro de 2015, a soma de queimadas em todo o País chegou a 76.192 focos. Porém, em 2010, o recorde de focos foi de 115.175.

Entre os meses de julho a setembro, os índices de incêndios aumentam consideravelmente, justamente pela interrupção das precipitações pluviométricas, caracterizados pela estiagem no meio do ano.

Por essa razão, nos últimos cinco anos, os meses de agosto e setembro batem recordes de ocorrências de incêndios:

## Meses com maior índice de queimadas entre 2010 a 2015:

- no mês de agosto, foram registradas 244.627;
- no mês de setembro, que corresponde ao ápice da seca, foram registradas 280.713;
- Ao todo, nesses cinco anos, foram registradas 951.321 ocorrências.

## FOCOS DE INCÊNDIOS NOS ÚLTIMOS 05 ANOS NO BRASIL

Ano	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	Total
2010	2.851	2.386	2.417	2.200	3.497	3.642	16.646	75.305	85.415	31.489	16.587	6.856	<b>249.291</b>
2011	1.416	973	937	1.152	1.985	4.578	8.524	22.477	50.302	18.691	12.222	9.830	<b>133.087</b>
2012	2.491	1.436	2.058	2.194	3.240	5.891	13.508	46.289	62.099	34.221	13.587	6.824	<b>193.838</b>
2013	2.049	1.591	1.969	1.374	2.166	3.898	7.313	17.789	31.588	21.325	12.152	12.006	<b>115.220</b>
2014	2.634	1.548	2.225	2.360	3.190	6.484	10.803	43.023	43.174	39.323	17.990	10.939	<b>183.693</b>
2015	4.637	2.311	2.200	2.574	2.386	5.810	8.755	39.384	8.135	0	0	0	<b>76.192</b>
<b>Total</b>	<b>16.078</b>	<b>10.245</b>	<b>11.806</b>	<b>11.854</b>	<b>16.464</b>	<b>30.303</b>	<b>65.549</b>	<b>244.267</b>	<b>280.713</b>	<b>145.049</b>	<b>72.538</b>	<b>46.455</b>	<b>951.321</b>

# 5 mil queimadas em 2015

## Número de queimadas por região

Região	Estado	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Norte	AC	2.018	854	1.393	1.246	1.733	1.760
	AM	5.058	1.974	3.826	2.007	5.219	5.477
	AP	13	49	93	26	48	82
	PA	24.690	3.918	9.877	3.369	11.306	11.199
	RO	5.720	2.148	3.128	1.236	4.115	4.648
	RR	1.262	608	525	745	1.335	1.221
	TO	15.373	4.855	9.870	4.920	7.143	6.527
<b>Total</b>		<b>54.134</b>	<b>14.406</b>	<b>28.712</b>	<b>13.549</b>	<b>30.899</b>	<b>30.914</b>
Nordeste	AL	127	131	165	127	135	245
	BA	5.362	4.533	6.621	2.277	2.406	3.224
	CE	698	148	843	224	390	458
	MA	12.441	4.906	18.005	4.580	9.562	9.459
	PB	111	63	127	66	156	89
	PE	193	196	417	185	214	303
	PI	7.523	4.568	7.869	2.185	4.758	3.980
	RN	118	36	138	67	83	95
	SE	107	128	205	165	79	182
<b>Total</b>		<b>26.680</b>	<b>14.709</b>	<b>34.390</b>	<b>9.876</b>	<b>17.783</b>	<b>18.035</b>
Centro-Oeste	DF	366	166	134	83	152	108
	GO	5.735	3.447	2.789	1.507	2.751	2.606
	MS	3.323	1.729	5.502	1.616	1.271	3.112
	MT	27.294	7.429	15.924	9.079	15.196	13.191
<b>Total</b>		<b>36.718</b>	<b>12.771</b>	<b>24.349</b>	<b>12.285</b>	<b>19.370</b>	<b>19.017</b>
Sudeste	ES	144	218	230	168	157	312
	MG	6.323	5.604	3.218	2.228	4.081	2.552
	RJ	603	640	236	236	573	468
	SP	3.625	2.452	1.212	1.266	3.052	1.457
<b>Total</b>		<b>10.695</b>	<b>8.914</b>	<b>4.896</b>	<b>3.898</b>	<b>7.863</b>	<b>4.789</b>
Sul	PR	1.273	1.326	1.128	951	1.325	1.551
	RS	493	443	968	417	1.715	1.124
	SC	658	445	779	497	726	738
<b>Total</b>		<b>2.424</b>	<b>2.214</b>	<b>2.875</b>	<b>1.865</b>	<b>3.766</b>	<b>3.413</b>

Fonte: INPE, Ministérios do Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia.

## Boas práticas de prevenção

A fim de orientar nossos gestores locais, a Confederação elaborou informações de boas práticas a serem seguidas:

- promover em sua cidade anúncios aos fumantes no sentido de evitar que joguem pontas de cigarros pela janela do veículo, uma vez que, com a baixa umidade desse período, a vegetação seca se incendeia com muita facilidade;
- orientar os proprietários rurais e a população em geral para ficarem atentos ao crescimento de vegetação (mato) próximo às residências e rodovias, fazendo aceiros para que o fogo não se alaste;
- não jogar lixo, latas de metal, cacos e garrafas de vidro na mata. Eles podem se aquecer ao sol e acabar dando origem às queimadas;
- limpar terrenos sem uso do fogo;
- não acumular lixos e vegetação seca para que não sejam objetos de incêndios em brincadeiras de mal gosto (ao colocarem fogo nestes locais);
- orientar a população em geral para não fazer fogueiras de nenhuma espécie;
- solicitar às pessoas que não soltem balões. Pois, além de perigoso, é crime, conforme a Lei de Crimes Ambientais – Lei Federal 9.605/1998. O balão pode cair aceso em florestas, residências e indústrias, produzindo grandes prejuízos patrimoniais, ameaça ao nosso meio ambiente e até mesmo colocar a integridade física e a vida das pessoas em risco;
- ainda segundo orientações do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo e do Mato Grosso do Sul, o uso de fogo para limpeza de terrenos é proibido e, no caso de incêndio provocado em mata ou floresta, a Lei 9.605/1998, Lei de Crimes Ambientais, no art. 41 prevê a pena de reclusão de 2 a 4 anos e multa.
- E, por último, em caso de incêndios, o telefone de emergência dos Corpos de Bombeiros é o 193.

Diante disso, vale ressaltar que são vários os fatores que podem acarretar um incêndio florestal. Todavia, quanto mais pudermos nos antecipar, mais precavidos estaremos caso algo aconteça.

## Habitação

# 3ª Fase do Programa Minha Casa, Minha Vida sofre corte de R\$ 4,8 bilhões

Uma das medidas do governo federal para reduzir os investimentos e adequar o orçamento federal de 2016 de forma a cumprir o pagamento da dívida pública e obter um superávit primário de aproximadamente de 0,7% no Produto Interno Bruto (PIB) foi reduzir os recursos direcionados aos programas nas áreas social e de infraestrutura urbana.

Um dos mais significativos cortes na esfera dos programas sociais foram de recursos a serem aportados na terceira fase do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

O governo federal ainda não estimou o volume de recursos do Orçamento Geral da União, bem como do Fundo de Arrendamento Social (FAR) a serem aportados para a produção de moradias destinadas ao atendimento da população de menor renda enquadrada na Faixa 1 do programa. Vale assinalar que na 3ª etapa do programa houve um aumento da renda-limite para o enquadramento das famílias de baixa renda, de R\$ 1,6 mil para R\$ 1,8 mil.

**Cortes** – Embora o governo federal já tenha lançado a 3ª fase do Programa Minha Casa, Minha Vida no último dia 10 de setembro, ainda pouco se sabe em termos práticos sobre os critérios para a operacionalização da nova fase, dos novos valores das unidades habitacionais e da operacionalização das faixas de renda. É importante lembrar que esta fase terá quatro faixas de renda, diferentemente das fases anteriores em que o programa era operado

por apenas três delas.

Mesmo sem o governo federal ter informado o volume e a distribuição dos recursos a ser aportados na nova etapa do Programa, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento confirmaram de forma definitiva um corte de R\$ 4,8 bilhões. Vale explicar que o governo federal não esclareceu quais as modalidades do Programa serão objeto dos mais significativos cortes.

**Fundo de Garantia** – No entanto, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) acredita que parte desses cortes será direcionado para a produção de moradias destinadas à Faixa 1. A intenção do governo é reduzir o aporte de recursos da União, em especial, recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) do programa. Em contrapartida, o governo pretende ampliar o uso dos recursos operacionalizados pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Isso se deve ao fato que esses recursos retornam para o próprio fundo de forma a gerar um retorno financeiro em um período de vinte a trinta anos, uma vez que os recursos do FGTS se enquadram na categoria onerosos, diferentemente dos recursos do OGU e do FAR, que não geram obrigação de retorno financeiro.

Na prática, a produção de moradias para o



atendimento da Faixa 1 passaria em sua grande maioria a ser operacionalizada com recursos do FGTS. Vale explicar que os recursos do FGTS atualmente não são direcionados para o atendimento desta Faixa.

**Indefinições** – Com essa manobra, a expectativa do governo federal é assegurar a contratação das 3 milhões de moradias previstas para a terceira fase do PMCMV. Embora o governo reconheça que o ritmo de contratação e execução da 3ª fase do programa poderá durar até seis anos (até 2020), e não quatro anos como inicialmente previsto (2015-2018).

A CNM acredita que há poucas chances para que os Municípios consigam apresentar projetos para contratação de moradias nesta fase do programa ainda em 2015, uma vez que o governo federal ainda não definiu valores, prazos, diretrizes e metas de distribuição. Essas indefinições geram preocupação em relação ao desenho institucional do programa e ao volume de contratações previstas anualmente ao longo dos seis anos.

A CNM está nas principais Redes Sociais,  
então, curta, siga e inscreva-se.

